

# Venda de veículos elétricos quase triplicou nos primeiros quatro meses do ano

18 de Junho, 2018

A venda de veículos elétricos quase triplicou (+170,9%) em Portugal entre janeiro e abril, na comparação homóloga, num total 1.184 viaturas, informou a ACAP – Associação do Comércio Automóvel de Portugal à agência Lusa.

Nestes quatro meses, a marca líder das vendas de ligeiros de passageiros tem sido a Renault, com um total de 485 veículos (+131% em relação a 2017), seguindo-se a Nissan, com 230 unidades (um acréscimo de 81,1%).

Sem vendas em 2017 que possam comparar, a Smart (160 unidades) e a Citroen (154), ocupam nestes meses de 2018 o terceiro e quarto posto no 'ranking' da ACAP, cujo 'top5' encerra com a BMW (73 unidades, +14,1%).

Em termos de modelo, os preferidos foram o Renault Zoe (485 unidades, +131%), o Nissan Leaf (230; +81,1%), o Citroen C-Zero (153), Smart Fortwo (107) e oSmart Fortwo (73).

Em maio, a Associação Europeia de Fabricantes Automóveis (ACEA) assinalava que a escolha por energias alternativas na União Europeia tinha aumentado no primeiro trimestre 26,9%, com o registo de carros com baterias elétricas a crescer 34,3% e de híbridos 'plug-in' a avançar 60,2%.

Nos 28 Estados-membros foram vendidos quase 140 mil carros híbridos elétricos, numa subida de 25,7%.

Na comparação com 2017, a Alemanha liderou os aumentos de veículos movidos a energia alternativa (+73,4%), seguindo-se Espanha (+53,4%) e França (+15,3%).

Nestes três meses, em Portugal foram vendidos 726 carros elétricos (+96,7%), 794 híbridos 'plug-in' (+104,1%) e 1.664 híbridos (+64,3%). O total de carros movidos a energias menos poluentes foi de 3.777 (+75,2%).

Com motores movidos a gasóleo foram vendidos em Portugal, entre janeiro e março, 34.138 veículos (-9,1%), enquanto os registos a gasolina mostram 25.314 unidades, numa subida de 25,6%.

O Governo manteve para 2018 o incentivo de 2.250 euros na compra de carros 100% elétricos, enquanto para quem compra veículos de duas rodas irá receber 20% do valor de compra, até ao máximo de 400 euros. A dotação global é de 2,65 milhões de euros.

Na página do Ministério do Ambiente sobre estes incentivos, lê-se que foram recebidas 710 candidaturas para automóveis e cinco para motociclos e

ciclomotores.

Os utilizadores de veículos elétricos esperam para este verão “novidades” quanto ao início do pagamento em postos de carregamento rápido (PCR), que esteve agendado oficialmente para julho de 2017.

“Julgo que este verão vamos ter novidades, vamos começar a pagar a rede de carregamento rápido. Vamos ver aparecer bastantes mais PCR”, estimou Henrique Sanchez à agência Lusa, o presidente da UVE- Associação dos Utilizadores de Veículos Elétricos.

Da parte do Ministério do Ambiente não houve informações sobre este processo, enquanto a gestora da rede de carregamentos, a Mobi.e, diz que “continua a trabalhar para que seja o mais rápido possível” o início do pagamento.

Em fevereiro, o presidente da Mobi.e, Alexandre Videira, explicou que decorria o trabalho para o início do pagamento na rede de PCR (45 kW a 50 kW) até “ao primeiro semestre” e que nos carregamentos normais (3,6 kW a 22 kW) de veículos aconteceriam “mais para o final do ano”.

Os PCR possibilitam o carregamento de 80% da bateria em 20 a 30 minutos.

Henrique Sanchez notou que atualmente há postos em grandes cidades e na A1 que “já têm um consumo interessante” para os comercializadores, além de, ao contrário de 2017, não ser necessário fechar a fase piloto para passar à fase de pagamento.

“E, por outro lado, não é obrigatório que todos os comercializadores – neste momento há sete -, avancem ao mesmo tempo”, explicou o responsável à Lusa, para mostrar que o pagamento tem agora todas as condições para avançar.

Mais dúvidas levantam-se sobre os preços e se, nomeadamente, integram a contribuição audiovisual que é cobrada na fatura da eletricidade e que serve para financiar a televisão pública RTP, no valor mensal de 2,85 euros, uma possibilidade que foi já criticada pelo dirigente da UVE.

Sobre o processo e as várias datas anunciadas e não concretizadas, o responsável comentou que “todos gostariam que já estivessem a funcionar” os pagamentos.

“Mas percebemos que houve dificuldades tecnológicas com equipamentos, houve dificuldades com conexão e de interligação dos vários sistemas informáticos dos vários operadores”, indicou Henrique Sanchez, acrescentando haver exigência de licenciamentos, homologações e certificações para os PCR.

Estes equipamentos de alta tensão estão na via pública e “tem de estar tudo rigorosamente protegido e a segurança tem de ser máxima”, sublinhou.